

Virar o jogo é derrotar a política da austeridade

Projeto de resolução para a Mesa Nacional do Bloco de Esquerda

26 de novembro de 2017

1. O Bloco tem que ser a alternativa que falta

1.1. Os acordos bilaterais entre os partidos de esquerda e o Partido Socialista permitiram abrandar o ritmo da austeridade e reverter alguns dos seus aspetos mais onerosos. No entanto, ao invés de contribuir para aumentar o nível de confronto, expondo as suas próprias contradições e limitações, estes acordos têm permitido a normalização da austeridade, não catapultando as mobilizações sociais e a emergência de alternativas realmente transformadoras. Tem-se consolidado assim a ideia de que a política que defende as pessoas só pode ser decidida em gabinetes ministeriais e não exigida nas ruas, locais de trabalho e noutros espaços de disputa social.

1.2. O fundamento do Bloco de Esquerda tem de ser o de estimular o surgimento de visões radicalmente críticas do sistema em que vivemos e o de disponibilizar uma estrutura para essas visões confluírem num processo político que possa gerar uma ruptura. Na escolha entre ser o melhor gestor dos cuidados paliativos ao sistema ou afirmar-se como um alternativa efetiva ao capitalismo, o Bloco de Esquerda não vai por meios caminhos e escolhe ser a alternativa que conta.

2. O Orçamento não responde a quem cá vive

2.1. Este Orçamento de Estado não permite uma melhoria considerável das condições de vida da maioria das pessoas que vivem e trabalham em Portugal. Com a ameaça do regresso de uma direita perigosíssima ao poder fora de jogo, o argumento de que é preciso aprovar o Orçamento pela lógica do mal menor, já de si recuado e reformista, perde ainda mais cabimento. Era preciso um Orçamento claramente diferente daqueles que foram concretizados nos últimos dois anos e que transforme efetivamente a relação de forças entre capital e trabalho. Na eventualidade provável de o PS recusar uma mudança desta natureza, prova-se a sua natureza de classe e abre-se o espaço para a afirmação de uma alternativa de esquerda que possa disputar o poder sem ser consumida por ele.

2.2. O Estado Social continua a saque, pois este Orçamento não repõe sequer os níveis de investimento público anteriores à crise, por sinal já de si insuficiente. Não aceitar a normalização da austeridade significa exigir a recuperação da década de atraso do investimento público.

2.3. Na educação, este Orçamento continua a ficar bastante aquém do necessário no que às vinculações de professores diz respeito, para além de manter um modelo concursal injusto e discriminatório. A reflexão e proposta política que, a partir de agora, se exige ao BE é estudar, compreender e propor um modelo concursal para o próximo ano letivo que, em conjunto com a integração dos novos professores, não provoque uma maior distorção no sistema de colocação de professores, e que as suas consequências não provoquem um inferno a mais docentes do que àqueles que vão ser vinculados. O Bloco de Esquerda não pode cultivar uma posição recuada que permita que a necessária valorização profissional não restitua aquilo que é devido às docentes: é preciso respeitar todos os direitos, ao invés de tratá-los como se de luxos corporativos se tratassem. A exigência de uma democracia efetiva nas escolas, onde as decisões não ficam dependentes das vontades de diretores todo-poderosos, é também uma exigência mínima que é preciso conquistar e, no âmbito da presença pública, entrelaçar com o ataque ao processo de municipalização.

2.4. Na saúde, continua a optar-se por manter as PPPs em vez de garantir os recursos financeiros indispensáveis para um SNS de qualidade realmente gratuito que sirva a população. Nos transportes e na habitação, permanece fora do horizonte qualquer plano que garanta a qualidade de vida e a desmercantilização das relações sociais. Nem sequer o mínimos olímpicos da garantia da “impenhorabilidade” das casas de habitação detidas pela banca e o agravamento do IMI cobrado ao património degradado dos fundos imobiliários cabe entre as paredes estreitas deste Orçamento.

2.5. No que às leis trabalhistas diz respeito, o pequeno aumento do salário mínimo fica bastante aquém do necessário, e de resto tudo se mantém igual. O regresso das lutas pelas contratações coletivas, das indemnizações por despedimentos, dos pagamentos de horas extraordinárias e, sobretudo, voltar a questionar a pertinência capitalista de jornadas laborais longuíssimas que tiram anos de vida e tempo pessoal ao mesmo tempo que impedem novas contratações são tarefas imediatas para o Bloco.

2.6. A consolidação da ideia de que a dívida afinal talvez não precise de ser reestruturada, num contexto conjuntural de juros relativamente baixos, exemplifica a normalização da austeridade. O Bloco de Esquerda não pode aguardar pela turbulência nos mercados financeiros para colocar este tema no centro do debate público, devendo aliar o discurso da insustentabilidade da dívida à sua ilegitimidade intrínseca. A delineação de propostas e campanhas pelo controle público dos setores estratégicos da economia, com destaque para a banca, é fundamental para que o anticapitalismo não seja só uma palavra de encher mas sim a base para um projeto de sociedade.

2.7. O Orçamento de Estado para 2018 não reúne as condições necessárias para ser votado favoravelmente pelo Bloco de Esquerda, que se baterá por um Orçamento que responda de forma efetiva aos anseios de quem vive e trabalha neste país.

3. O Bloco contra a guerra total

3.1. O extremismo conservador de Trump, que propõe colocar ainda mais em causa a paz no mundo, encontra eco na proposta de um exército comum europeu que o governo português apoia. O mundo precisa do fim do imperialismo e não de mais uma potência militar. É este o momento de realizar uma campanha forte pela paz e de interpelar amplos setores da sociedade contra a militarização e a submissão aos interesses estratégicos de diferentes impérios.

3.2. O governo português deve igualmente ser fortemente atacado pela sua posição recuada no que aos danos ambientais, que representam um risco enorme para a saúde, que a Base militar dos EUA nas Lajes tem vindo a causar. É necessário uma indemnização imediata por parte dos EUA, elevada o suficiente para garantir a eliminação desses riscos e a transformação produtiva da região para setores produtivos.